

A “pessoa” de Rudder Baker é realmente incorporada?

*Jonas Gonçalves Coelho**

Resumo: Alguns filósofos materialistas pensam, contra o dualismo de substância, que uma mente incorporada é apenas uma mente que depende de um corpo para existir, isto é, que a mente não existe independentemente de um corpo. Tomarei como representativas deste ponto de vista muito limitado sobre incorporação as idéias de Lynne Baker e sua Teoria da Constituição de Propriedades. Baker diz que prefere enfrentar o problema da relação pessoa e corpo em vez da relação mente e corpo porque esta última formulação implica a idéia de uma mente distinta e separada do corpo enquanto que a primeira está mais de acordo com sua concepção de uma mente incorporada e situada. O problema é que Baker esquece isso quando define pessoa em termos de perspectiva de primeira pessoa ou autoconsciência. Embora Baker diga que a autoconsciência depende de condições estruturais – um corpo – e ambientais – a situação -, o que torna a pessoa humana autoconsciente uma entidade ontologicamente distinta do corpo que a constitui e de outros animais são suas realizações tais como arte, filosofia, ciência, moral, etc. Parece que, para Baker, a autoconsciência é não apenas uma condição necessária mas também uma condição suficiente para aquelas realizações humanas, enquanto que o corpo desempenha apenas um papel indireto. Contra tais idéias nós podemos perguntar: as grandes realizações que distinguem pessoas humanas de outros animais seriam possíveis independentemente da constituição biológica de nosso corpo e de suas necessidades?

Palavras Chave: Rudder Baker; pessoa; mente incorporada; constituição de propriedades.

Abstract: Some philosophers materialists think, against the dualism of substance, that an embodied mind is only a mind that depends on a body to exist, that is, that the mind doesn't exist independently of a body. I will take as representative of this very limited point of view about embodiment the ideas of Lynne Baker and her Constitution View. Baker says that she prefers to face the problem of the relationship between persons and bodies than the problem of the relationship between mind and body because this last formulation of the problem implies the idea of a mind distinct and separated of the body while the first is more according of her view of an embodied and situated mind. But the problem is that Baker

* Professor de Filosofia do Departamento de Ciências Humanas da UNESP de Bauru e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UNESP de Marília. *E-mail:* jonas@faac.unesp.br. Artigo recebido em 14.09.2007, aprovado em 23.06.2008.

forgets it when she defines persons in terms of first-person perspective or self-consciousness. Although, Baker says that the self-consciousness depends on structural – a body – and environmental – the situation – conditions, what becomes a self-conscious human person an entity ontologically distinct of the body that constitutes it and of other animals are their realizations like arts, philosophy, science, moral, etc. It looks like that for Baker the self-consciousness is not only a necessary condition but also a sufficient one for that human realizations, while the body fulfill only an indirect role. Against these ideas we can ask: the great realizations that distinguish the human persons of other animals would be possible independently of the biological constitution of our body and its needs?

Keywords: Rudder Baker; person; embodied mind; constitution view.

I

Em seu livro “Persons and Bodies: a constitution view”, a filósofa da mente Lynne Rudder Baker propõe-se a responder uma das principais questões filosóficas: O que somos (sou) mais fundamentalmente? Para Baker, não somos nem uma mente pensante imaterial, como defendem os dualistas de substância, nem um cérebro pensante incorporado como defendem os materialistas reducionistas. Somos uma *persona constituída* por um corpo. A filósofa prefere se ocupar da relação entre pessoa e corpo ao invés da relação entre mente e corpo alegando: primeiro, a questão da relação entre mente e corpo deve ser objeto da investigação científica empírica, dela devendo-se ocupar a neurociência e não a filosofia; segundo, que a relação mente e corpo está intimamente ligada à idéia de uma mente imaterial, enquanto que a pessoa é incorporada e situada, embora não seja idêntica e redutível ao corpo que a constitui. Baker defende uma concepção materialista não reducionista.

Para compreender a relação entre pessoa e corpo na teoria de Baker, “incorporação”¹ sem identidade e redução, devemos considerar duas de suas idéias fundamentais: as idéias de *constituição* e de *pessoa*. Começaremos pela idéia geral de

¹ Preferimos traduzir o termo “embodiment” por “incorporação” e não por “encarnação” por entendermos que o último sugere a idéia de um corpo biológico enquanto que o primeiro é menos restrito, mais apropriado à possibilidade apontada por Baker de pessoas não humanas.

constituição, veremos como ela se aplica à relação pessoa e corpo, incluindo aí a definição de pessoa. A seguir, consideraremos o lugar da pessoa no processo de evolução biológica. Por fim, refletiremos sobre os limites da noção de “incorporação” de Baker. Procuraremos mostrar que a pessoa, definida pela filósofa em termos de *capacidade para a perspectiva de primeira pessoa* ou de *autoconsciência*, é incorporada em um sentido muito fraco, ou seja, o de não existir independentemente de um corpo material, e não em um sentido forte, isto é, o de que suas características fundamentais, por exemplo a autoconsciência, dependem de características específicas do corpo que a constitui.

II

Segundo Baker, a teoria da constituição, por meio da qual se propõe a explicar a relação pessoa e corpo, tem uma abrangência mais geral, podendo ser estendida aos objetos de arte, às imagens religiosas, aos símbolos nacionais, enfim, a um conjunto de produções culturais humanas. Apresentamos abaixo os principais aspectos da teoria da constituição de propriedades e, a seguir, alguns exemplos para ilustrá-la. Tais aspectos consistem no desenvolvimento da seguinte tese: constituição não é identidade ou redução, nem independência ou separação. Vejamos as justificativas: 1. Constituição não é *identidade* e nem *independência*, “é uma relação intermediária”. Constituição é similar à identidade pelo fato de dois objetos ou entidades que mantêm entre si uma relação de constituição partilharem muitas das mesmas propriedades; contudo, não se trata de identidade pois um objeto pode existir sem constituir um outro embora o objeto constituído não possa existir independentemente de algum objeto que o constitua. 2. Algumas propriedades dos *objetos constituídos* são *derivadas* dos *objetos constituintes* enquanto que outras são suas propriedades *essenciais*, ou seja, elas não dependem dos *objetos constituintes*. 3. Algumas propriedades dos *objetos constituintes* são *derivadas* dos *objetos constituídos* enquanto que outras são suas propriedades *essenciais*, ou seja, elas não dependem dos *objetos constituídos*. 4. O *objeto constituído* é uma nova entidade ontológica, isto é, ele tem poderes causais diferentes e em

maior número que o *objeto constituinte* e, por isso, prevalece na hierarquia ontológica, tem mais “significado ontológico”. 5. A *essência do objeto constituído* não é *derivada* de sua estrutura constitutiva, mas sim do contexto – situação - no qual ele está inserido; ela é relacional.

Apresentaremos agora três exemplos - os dois primeiros propostos por Baker – para ilustrar a idéia de constituição. Trata-se de objetos intencionais, definidos por Baker como objetos cuja existência depende de um contexto de atitudes intencionais, tais como crenças, desejos e intenções.

O primeiro exemplo é o da relação entre uma bandeira e o tecido que a constitui. De acordo com a idéia de constituição pode-se afirmar: 1. Uma bandeira não é idêntica ao tecido que a constitui e nem existe separada dele; são uma unidade. Partilham algumas propriedades como a cor e o significado – símbolo nacional -, mas o mesmo tecido poderia existir sem ser, sem constituir bandeira alguma em tempo algum enquanto a bandeira poderia continuar existindo ainda que o tecido estivesse rasgado, envelhecido ou que suas partes fossem todas gradativamente substituídas; cabe observar que a bandeira não existiria sem um tecido constituinte. 2. A cor, a forma, o peso, o tamanho, a constituição atômico/molecular responsável em parte por essas características físicas da bandeira², são propriedades derivadas do tecido que a constitui enquanto que a propriedade essencial de ser uma bandeira, um símbolo nacional, não depende do tecido, mas, fundamentalmente, de um contexto político que inclui crenças, desejos e intenções. 3. As propriedades físicas essenciais do tecido não dependem da bandeira; ainda que o tecido não constitua uma bandeira tais propriedades permanecem.

² Em que medida tais características percebidas dependem apenas de aspectos intrínsecos e estruturais é algo a ser considerado. De qualquer maneira os elementos materiais fundamentais em parte são responsáveis por tais características essenciais ao tecido embora não o sejam à bandeira. Para Baker o mundo é composto de camadas de diferentes níveis. Em cada nível podemos ter uma resposta diferente à pergunta: O que algo é fundamentalmente? Um mesmo objeto, dependendo do nível considerado, pode ser definido como uma constituição atômica específica, ou como um tecido, ou como uma bandeira.

Contudo, propriedades, tais como, provocar sentimentos, emoções e atitudes cerimoniais são propriedades do tecido derivadas da bandeira que ele constitui, ou seja, são propriedades que o tecido adquire quando ele constitui uma bandeira. 4. Tecido e bandeira são duas diferentes entidades ontológicas, e a que prevalece é a bandeira, ou seja, o que percebemos fundamentalmente é o símbolo nacional embora saibamos que ele é constituído por um tecido e em algumas situações, quando a bandeira está danificada, por exemplo, voltemos nossa atenção para o tecido. A bandeira tem mais poderes causais que seu tecido. 5. O ato de queimar uma bandeira não teria alcance político ou relevância emocional em um contexto no qual existissem tecidos, mas não a entidade bandeira, ou seja, um tecido que em determinados lugares e momentos históricos é uma bandeira poderia não o ser em outras condições espaciais e temporais. Podemos observar que queimar um tecido ou queimar uma bandeira, são ações de significado bem diferente, o que é confirmado pela exigência legal em nosso país de cerimoniais próprios para se queimar respeitosamente as bandeiras nacionais que estão em mau estado.

Um outro exemplo da relação de constituição apresentado inúmeras vezes por Baker, é o da estátua de David de Miguelangelo. 1. A estátua de David não é idêntica à peça de mármore que a constitui e nem existe separada dela; são uma unidade. Partilham algumas propriedades como peso e significado – obra de arte –, mas a mesma peça de mármore poderia existir sem ser, sem constituir estátua alguma em tempo algum, enquanto que a estátua continuaria existindo ainda que a peça de mármore estivesse danificada, envelhecida ou que suas partes fossem restauradas; cabe observar que a estátua de David não existiria sem uma peça constituinte. 2. A cor, a forma, o peso, o tamanho, a constituição atômico/molecular responsável em parte por essas características físicas da estátua, são propriedades derivadas da peça de mármore que a constitui enquanto que a propriedade essencial de ser uma estátua não depende do mármore, mas fundamentalmente de um contexto artístico que inclui crenças, desejos, e intenções. 3. As propriedades físicas essenciais

da peça de mármore não dependem da estátua; ainda que ela não constituísse uma estátua, tais propriedades continuariam existindo. Contudo, propriedades, tais como, provocar emoção, admiração, enfim, atitudes estéticas, são propriedades da peça de mármore derivadas da estátua que ela constitui, ou seja, são propriedades que o mármore adquire quando ele constitui uma estátua. 4. Mármore e estátua são duas entidades ontológicas distintas, e a que prevalece é estátua, ou seja, o que percebemos fundamentalmente é a obra de arte embora saibamos que ela é constituída por uma peça de mármore e que em algumas situações, como a de deterioração, por exemplo, a atenção de um restaurador possa estar dirigida principalmente ao mármore. A estátua que tem mais poderes causais que o mármore que a constitui. 5. A destruição da estátua de David não teria implicações econômicas e emocionais em um contexto no qual existisse a peça de mármore, mas não houvesse a entidade arte, ou seja, uma peça de mármore que em determinados lugares e momentos históricos é uma estátua poderia não o ser em outras condições espaciais e temporais.

Aplicaremos agora a idéia de constituição de Baker a um caso de símbolo religioso não considerado por ela, a imagem de Nossa Senhora Aparecida. 1. A santa de Aparecida não é idêntica ao pedaço de argila que a constitui e nem existe separada dele; são uma unidade. Partilham algumas propriedades tais como altura e significado – objeto religioso – mas o mesmo pedaço de argila poderia existir sem ser, sem constituir santa alguma em tempo algum, enquanto que a santa continuaria existindo ainda que o pedaço de argila estivesse danificado, envelhecido ou que suas partes fossem restauradas; cabe observar que a santa de Aparecida não existiria sem um pedaço de argila constituinte. 2. A cor, a forma, o peso, o tamanho, a constituição atômico/molecular responsável em parte pelas características físicas da santa, são propriedades derivadas do pedaço de argila que a constitui enquanto que a propriedade essencial de ser uma santa não depende do pedaço de argila, mas fundamentalmente de um contexto religioso que inclui crenças, desejos e intenções. 3. As propriedades físicas

essenciais da peça de argila não dependem da santa, ou seja, mesmo que a argila não constituísse uma santa, tais propriedades continuariam existindo, enquanto que propriedades tais como provocar emoção, milagres, peregrinações, enfim, atitudes religiosas, são propriedades do pedaço de argila derivadas da santa que ele constitui, ou seja, são propriedades que a argila adquire quando constitui uma santa. 4. Argila e santa são duas entidades ontológicas diferentes e a santa prevalece, ou seja, o que vemos fundamentalmente, ou pelo menos, o que os fiéis vêem é uma santa, embora saibam que ela é constituída por um pedaço de argila e que em algumas situações essa perspectiva prevalece, como no caso de restauração. A santa tem mais poderes causais do que a argila que a constitui. 5. A destruição da imagem de uma santa não teria a repercussão e as implicações emocionais, morais e até políticas em um contexto no qual existisse um pedaço de argila com um formato de uma mulher envolvida em um manto, mas não houvesse religião. Um pedaço de argila que em determinados lugares e momentos históricos é uma santa poderia não o ser em outras condições espaciais e temporais.

Consideraremos a seguir a idéia de constituição de Baker aplicada à relação pessoa e corpo.

III

A teoria da constituição de propriedades, que segundo Baker melhor caracteriza a natureza de vários objetos, em especial dos objetos intencionais, é também, ainda de acordo com a filósofa, a que melhor define a relação entre pessoa e corpo. Antes de tratar da relação pessoa e corpo cabe chamar a atenção para uma diferença importante entre pessoa e os objetos intencionais anteriormente citados: a pessoa tem uma vida interior, tem experiências subjetivas conscientes articuladas com atitudes intencionais e, principalmente, têm perspectiva de primeira pessoa, ou seja, é capaz de autoconsciência. As pessoas são capazes de conceber a si mesmas como fonte dessa perspectiva e reconhecer que as outras pessoas também a têm, ou seja, pessoas têm consciência de que são conscientes. Desse modo Baker considera que a característica

essencial de uma pessoa é a capacidade para a perspectiva de primeira pessoa a qual possibilita todas as formas de autoconsciência, capacidade essa que depende, como veremos, de condições estruturais e ambientais.

Vejam agora, de maneira sucinta e seguindo o modelo dos exemplos anteriormente apresentados, as idéias de Baker sobre a relação pessoa humana³ e corpo. 1. Uma pessoa é constituída por um corpo biológico, mas não é idêntica ao corpo que a constitui e nem existe separada dele. Partilham algumas propriedades tais como peso, altura e atitudes proposicionais, mas o mesmo corpo poderia existir sem constituir pessoa alguma, por exemplo, se ele estiver numa condição que o impeça irremediavelmente de desenvolver autoconsciência, como no caso de um corpo morto ou com lesões cerebrais graves e irreversíveis. A pessoa continuaria existindo ainda que seu corpo se modifique, envelheça ou sofra algum tipo de dano ou perda que não afete a sua capacidade para autoconsciência. É importante observar que uma pessoa não pode existir sem um corpo. 2. A cor, a forma, o peso, o tamanho, a constituição atômico/molecular/genética, responsável em parte por essas características físicas do corpo, são propriedades da pessoa derivadas do corpo que a constitui enquanto que a propriedade essencial de ter perspectiva de primeira pessoa ou autoconsciência depende tanto do corpo – condições estruturais – quanto de fatores externos – condições ambientais. 3. As propriedades físicas essenciais do corpo são independentes da pessoa que ele constitui, ou seja, mesmo que o corpo não constituísse um ser autoconsciente, uma pessoa, ele poderia continuar existindo – estado vegetativo, congelamento, mumificação, etc. Contudo, propriedades tais como produzir e admirar obras de arte, instituir e respeitar valores morais, criar e fazer ciência, filosofia e religião, são propriedades do corpo derivadas da pessoa que ele constitui, de sua propriedade psicológica essencial, a autoconsciência. 4. Embora uma pessoa humana seja uma entidade híbrida, - do mesmo modo que uma santa

³ Trataremos aqui apenas de pessoa humana mas, como veremos, Baker admite a possibilidade em princípio de pessoas não humanas.

de argila, uma estátua de mármore e uma bandeira de tecido - ou seja, composta de duas entidades ontológicas distintas, uma biológica e outra psicológica, a entidade ontológica que prevalece é a pessoa, embora em alguns contextos a atenção, interesse e admiração pelo corpo prevalece. A pessoa tem novos poderes causais além daqueles próprios de seu corpo, tais como a cultura, linguagem, ciência, filosofia, religião, moral cuja existência depende da autoconsciência. Daí considerar-se que é entidade ontológica distinta do corpo. 5. A autoconsciência – ou a perspectiva de primeira pessoa - e as produções dela decorrentes não seriam possíveis se não houvesse um mundo externo do qual emanam não apenas estímulos físicos, mas também os vários conteúdos de pensamento, como o mostram os estudos de Psicologia do Desenvolvimento, ou seja, não há consciência de si enquanto si mesmo sem consciência do outro enquanto outro.

Vimos nas considerações precedentes sobre a relação pessoa e corpo que a autoconsciência, ou seja, uma propriedade psicológica é o aspecto central da definição de pessoa de Baker. Considerando as diferenças estabelecidas pela filósofa entre pessoas e outros seres vivos e pessoas humanas e não humanas, procuraremos mostrar que os argumentos apresentados a favor da prioridade da autoconsciência nos permitem questionar o significado do conceito de incorporação em Baker, ou seja, que há em Baker um privilégio do psicológico em detrimento do biológico, da mente em detrimento do corpo, o qual nos permite colocar em questão sua concepção de mente incorporada.

IV

Para Baker, pessoas são ontologicamente diferentes de outros animais. Animais podem até ter perspectiva de primeira pessoa ou autoconsciência, mas apenas num grau muito fraco, isto é, pelo menos alguns deles podem ter percepção consciente, crença e desejo, a partir do local em que se situam e de seus corpos, uma “perspectiva egocêntrica”. Mas, apenas pessoas têm perspectiva de primeira pessoa ou autoconsciência num grau forte a qual “expande o campo da realidade”, ou seja, cria um “novo tipo de realidade”, a

vida interior com toda a sua riqueza. Não é então a experiência subjetiva consciente ou “qualia” que difere pessoas e animais, afinal a consciência parece se manifestar em diferentes graus em diferentes espécies sem criar novas habilidades ou produzir novas realizações. A autoconsciência seria a propriedade que realmente faz a diferença por ser ela a responsável pelas magníficas realizações humanas, tais como: 1. Os pensamentos complexos e a linguagem que os expressam 2. As realizações culturais como a ciência, a arte e arquitetura, a filosofia e a religião. 3. A ação racional e moral. 4. O controle, ainda que limitado, da natureza, agindo contra ou a favor dos “imperativos biológicos” de sobrevivência e reprodução. 5. As reflexões sobre o sentido da vida, o destino, a morte, o futuro. 6. As meditações sobre a vida interior e sua relação com o mundo externo.

Tais realizações da autoconsciência não encontrariam nenhum correlato na natureza, sendo completamente diferentes de qualquer tipo de produção de outros seres vivos. Isso quer dizer que há uma diferença ontológica ou descontinuidade entre pessoas humanas e outros animais determinada pelo que eles são capazes ou incapazes de fazer em decorrência de sua biologia, na qual a continuidade e similaridade prevalecem. Contra a concepção “animalista”, Baker defende que a ontologia não segue a biologia, isto é, pequenas diferenças biológicas introduzem uma diferença ontológica. A emergência da autoconsciência significa então a emergência de uma nova entidade ontológica.

A importância e até mesmo o privilégio de um aspecto psicológico, a autoconsciência, na definição da pessoa em detrimento de características biológicas corporais é ainda mais evidente quando se considera a possibilidade, apontada por Baker, de pessoas constituídas por corpos não biológicos, tais como marcianos ou corpos mecânicos. Rompendo com a concepção biológica dominante, Baker afirma que pessoas humanas seriam mais parecidas com máquinas autoconscientes – pessoa máquina – do que com cachorros e chimpanzés, o qual teria somente uma fraca autoconsciência.

Baker não está defendendo a probabilidade ou mesmo a possibilidade de máquinas autoconscientes e sim chamando a atenção para a diferença que a autoconsciência faz e, conseqüentemente para a diferença essencial entre pessoas humanas e outros animais. Mas, ao colocar as coisas desta maneira, Baker parece esquecer a grande importância do corpo para o desenvolvimento da autoconsciência como ela própria observou no início de seu livro “Persons and bodies”. Como já dissemos anteriormente, Baker defende, contra o dualismo de substância, que a mente não é independente e separada do corpo, que ela é incorporada, justificando assim a sua preferência pelo uso do termo “pessoa” ao invés de “mente”, definindo-se a si mesma como uma materialista não reducionista. Mas a pessoa de Baker é realmente incorporada? O que Baker entende por isto? Apenas que não existe pessoa – alma – sem corpo? Parece ser esta a idéia de Baker ao postular a possibilidade, ainda que em princípio, de autoconsciência em marcianos ou máquinas como única condição para as realizações da autoconsciência e ignorar as determinações e demandas corporais.

Não se coloca aqui em questão a importância da autoconsciência enquanto condição necessária para as grandes realizações humanas e conseqüentemente as grandes diferenças entre pessoas e animais. Mas, seguindo o raciocínio da própria Baker, o desenvolvimento da autoconsciência seria possível em corpos não biológicos, ou seja, em corpos que não tivessem as mesmas necessidades e experiências propiciadas pelo corpo biológico? Aspectos inerentes ao corpo biológico, tais como, sexualidade, fome, sede, morte, e, até a própria agressividade, não seriam também necessários, embora não suficientes, para a arte, ciência, filosofia, moral e religião? O próprio problema da liberdade e da autonomia, das restrições à sexualidade e à agressividade – aspectos intrínsecos à moral - não se colocaria apenas para seres que têm um corpo biológico com suas características intrínsecas? Se, conforme as palavras de Baker, a autoconsciência depende de uma interação com o mundo externo, tal relação não é estabelecida

principalmente por motivações biológicas? Que motivação teria e como seria um robô que não sentisse prazer e desprazer, dor, medo, tristeza, ansiedade? Seria estranho imaginar, pelo menos para alguém que privilegia o papel do corpo, que tais tipos de sentimentos e emoções seriam o resultado apenas de atividades mentais como a autoconsciência. Em que medida elas dependem da química orgânica?

Parece-nos que a teoria da constituição de Baker, muito pertinente quando aplicada ao domínio dos objetos culturais, não funciona muito bem quando se trata de explicar relação pessoa e corpo. Vimos que a natureza das entidades constituídas - bandeiras, estátuas e santos - não depende do aspecto estrutural do corpo que é contingente, concebendo-se sem nenhum problema que pudesse ser um corpo de constituição distinta. O que é efetivamente necessário e que define a essência daqueles objetos culturais são fatores externos a eles, ou seja, um mundo com atitudes proposicionais, ou seja, pessoas com crenças, desejos e intenções. Diferentemente, no caso de pessoas, que segundo Baker não existiriam sem a capacidade de autoconsciência, não apenas os fatores externos constituídos por estímulos físicos e psíquicos são necessários, mas também elementos estruturais com características especiais, ou seja, um cérebro incorporado – ou outra estrutura física – capaz de produzir consciência e outras características afetivas, emocionais e disposicionais sem as quais a autoconsciência seria impossível.

Baker parece cometer o equívoco de pensar que por sermos capazes de nos conceber autoconscientemente sem aquelas características seria possível que tivéssemos adquirido a autoconsciência sem elas. Sugere, ainda que não intencionalmente, que a razão não apenas independe das emoções e sentimentos mas que poderia por si só gerá-los.

Referências

BAKER, L.R. *Persons and bodies: a constitution view*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

_____ What am I? In: *Philosophy and phenomenological Research*, v.59, 1999.

_____ Materialism with a human face. In: *Body, soul and survival*. Kevin Corcoran (ed.) New York: Cornell University Press, 2001.

_____ The difference that self-consciousness makes. In: *On Human Persons*. Klaus Petrus (ed.) Frankfurt: Ontos Verlag, 2003.

CLARK, A. *Embodiment and the Philosophy of mind*. In *Current Issues in Philosophy of Mind: Royal Institute of Philosophy Supplement 43*, A. O’Hear, ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

MEIJEN, A. (ed) *Explain Beliefs: Lynne Rudder Baker and her critics*. Stanford: CSLI Publications, 2001.